

Unificação das categorias contra os ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos

“Lutas contra perdas de direitos” é tema da Plenária Estadual organizada pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público em 6 e 7/2

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, coletivo composto por mais de 90 associações, sindicatos, federações, confederações, centrais e entidades representativas do funcionalismo público paulista, entre elas as entidades do Fórum das Seis, convida para uma atividade importante: nos dias 6 e 7 de fevereiro, vai acontecer a **Plenária Estadual do Funcionalismo Público**, com o tema “**Lutas contra perdas de direitos**”.

A atividade será presencial, no plenário Teotônio Vilela, da Assembleia Legislativa (Alesp), com possibilidade ainda não confirmada de transmissão ao vivo pelo Youtube.

O objetivo é debater os ataques do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao funcionalismo e aos serviços públicos, organizando lutas conjuntas das várias categorias representadas na Frente Paulista.

Em 2024, muitos foram as investidas do governador contra os serviços públicos. O último golpe do ano foi a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023 pela Alesp em 27/11, um duro golpe contra a educação pública em São Paulo. Com ela, o governo fica autorizado a reduzir o percentual mínimo obrigatório de investimento no setor, de 30% das receitas do estado para 25%.

Este pesado ataque à educação soma-se a muitos outros: militarização e privatização de escolas públicas, o avanço da plataformização, os baixos salários dos profissionais da educação e de outras áreas do funcionalismo, além do absoluto

descaso e abandono dos espaços educacionais. Desde a sua posse, o governo tem dado sinais claros de sua política: precarizar os serviços públicos e, com isso, facilitar a entrega dos recursos para a iniciativa privada, por meio de terceirizações, privatizações e renúncias fiscais (*sobre isso, veja matéria no verso*).

A unificação do funcionalismo do estado é decisiva para impedir novos ataques e, também, evitar que os vultosos cortes que o governador poderá fazer na educação, autorizado pela aprovação da PEC 9, se concretizem. Nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, esse é um tema central.

Programação e formas de participação na Plenária

Nos dois dias, 6 e 7/2/2025, a Plenária se iniciará às 9h e se encerrará às 18h. Não é necessário fazer inscrição prévia para comparecer. Os/as organizadores/as informam que é possível que haja participação híbrida e, também, transmissão pelo Youtube, mas ainda sem confirmação.

A programação é a seguinte:

→ Quinta, 6/7

- **9h:** Abertura, com representantes das entidades do funcionalismo e deputados e deputadas presentes.

- **10h:** “*Atual momento do serviço público/servidores*”, com exposição do deputado estadual Carlos Giannazi, que vai falar sobre serviço público, servidores, privatizações, terceirizações.

- *Debate e propostas.*

- **14h:** Discussão sobre “*Perdas de direitos, leis e decretos: Reforma administrativa, valorização dos serviços públicos, lutas e alternativas de ações*”.

- **15h30:** Plenária com apresentação das propostas dos grupos.

→ Sexta, 7/7

- **9h:** Palestra sobre “*Saúde dos servidores públicos*”, com Michel Iorio (Presidente da CCM/Iamspe).

- **10h:** Palestra sobre “*Ataques aos servidores públicos, precariedade do serviço público*”, com a deputada federal Luciene Cavalcanti.

- *Debate e propostas.*

- **14h:** Palestra sobre “*Previdência dos servidores e pensionistas*”, com Eduardo Becker Tafliarini, representante dos servidores no Conselho da SPPRev.

- *Debate e propostas.*

- **15h30:** Plenária com apresentação das propostas dos grupos.

A Frente Paulista pretende realizar uma **audiência pública** na Alesp, em março, para divulgação dos resultados da Plenária.



Governador sanciona LOA 2025 e consolida montante vultoso em renúncias fiscais. Valor corresponde a quase seis orçamentos anuais das universidades estaduais

O governo de São Paulo sancionou, em 3/1/2025, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA/2025) aprovada em 17/12/2024 pela Assembleia Legislativa (Alesp), transformando-o na Lei 18.078/2025. É na LOA que o Executivo apresenta a previsão geral da arrecadação de tributos para o próximo ano e, com base nos percentuais já definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2025), estabelece os valores destacados para todos os setores do serviço público. Para as universidades estaduais paulistas, a LDO/2025 definiu a manutenção dos 9,57% da cota-parte do estado no ICMS (ICMS-QPE).

O valor total orçado para receitas e despesas na LOA/2025 é de R\$ 372,454 bilhões; destes, R\$ 181,886 bi correspondem ao ICMS-QPE, sobre o qual são calculados os recursos para as universidades.

O Fórum das Seis encaminhou um texto com recomendações básicas sobre a LOA/2025, destinado aos/às parlamentares identificados com o funcionalismo e com os serviços públicos. Uma delas diz respeito à Fapesp (que lhe seja garantida a aplicação de 1% da receita, conforme Constituição Estadual, pois o governo aprovou na Alesp a possibilidade de desvinculação de até 30% do orçamento do órgão). Também citou a necessidade de financiamento adequado ao Iamspe e ao Centro Paula Souza. O texto ainda alertou para o aumento das isenções fiscais.

Renúncias fiscais impressionam

Levantamento feito pela assessoria do PT na Alesp mostra que o montante de renúncias fiscais (impostos que o governo abre mão de receber) para 2025 é de R\$ 76,5 bi, o que corresponde a 16,7% acima do previsto para 2024. Se comparado ao total que será investido em educação pública no estado neste ano (R\$ 32,8 bilhões), vemos que as renúncias somam mais que o dobro. Em relação às universidades estaduais paulistas, que devem receber um montante de R\$ 13,1 bilhões em 2025, a renúncia corresponde a quase seis orçamentos anuais.

O estudo faz uma projeção das isenções fiscais de 2008 a 2027, que podem somar cerca de R\$ 712 bilhões: no conjunto da educação pública paulista, o prejuízo estimado é em torno de R\$ 213 bilhões; para as universidades, aproximadamente R\$ 68 bilhões.

Os recursos para as universidades e a data-base 2025

Como se sabe, Unesp, Unicamp e USP deveriam receber 9,57% do total da quota-parte do estado na arrecadação

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No entanto, o governo faz um conjunto de descontos – considerados indevidos pelo Fórum das Seis –, o que reduz o montante da quota-parte do estado no ICMS (ICMS-QPE), que corresponde a 75% do total arrecadado (25% vão diretamente para os municípios).

Na LOA aprovada para 2025, a Secretaria da Fazenda do estado projeta R\$ 181,886 bilhões para o ICMS-QPE, já com os descontos indevidos. Mesmo com os descontos, esse montante é 10,5% maior que o valor final alcançado pelo ICMS-QPE em 2024 (R\$ 164,5 bilhões).

A avaliação do Fórum das Seis é que a arrecadação apontada para 2025 estabelece um cenário favorável às universidades. Diferentemente do que alegaram os reitores para negar a reabertura das negociações no segundo semestre de 2024, há condições para negociações efetivas em torno à data-base de 2025.

O Fórum deve iniciar em breve as discussões para a construção da Pauta Unificada de Reivindicações deste ano, a partir de assembleias nas bases das categorias. Fique de olho!

R\$ 76,5 bilhões

é o volume de recursos que o governo Tarcísio deixará de receber em 2025, por conta das isenções fiscais

valor corresponde a
6 orçamentos anuais
das universidades estaduais paulistas



Acesse este boletim online aqui



Confira:

- Parecer da assessoria do PT sobre a LOA 2025: <https://bit.ly/votopt>

- Lei 18.078/2025, que contém a LOA 2025 aprovada na Assembleia Legislativa: <https://bit.ly/loa2025-lei18078>

